

## ALGUMAS NOTAS SOBRE A POLÊMICA ENTRE NOVOS E VELHOS TEMAS DA HISTÓRIA

Frances Rocha

(Profª do Depto. de História da PUC-SP)

Neste artigo vou procurar levantar algumas questões que estão relacionadas à renovação dos estudos históricos e que derivam, em grande parte, de desenvolvimentos suscitados pelos historiadores que trabalham com o tema “movimentos sociais”.

No levantamento de tais questões não há contudo, qualquer pretensão de novidade: ao contrário, tento apenas sistematizar a controvérsia em torno de alguns pontos, cujo debate está atravessando o dia a dia das atividades dos profissionais da História.

Dentre estes pontos de controvérsia, gostaria de centrar a atenção na polêmica em torno dos chamados “velhos” e “novos” temas da produção historiográfica, especialmente nos aspectos relacionados ao estudo dos movimentos sociais.

Aproximar-se desta oposição já coloca, de antemão, uma grande dificuldade: a de definir o que são, afinal, estes temas adjetivados como novos e velhos. Sob o rótulo de “novos” temas pode-se agrupar uma grande diversidade de preocupações, tendências e investigações com orientações divergentes e até conflitantes; mas, mesmo assim, permanecendo no campo genérico dos movimentos sociais, podemos considerar que a novidade comum consiste no estudo de aspectos da história, especialmente das camadas populares, antes relegados: assim como, por exemplo, o estudo das lutas populares em diferentes épocas e regiões, de segmentos da população que não as “classes fundamentais”, o estudo de grupos específicos, como as mulheres, os velhos, os negros, os marginalizados, aspectos da vida social largamente negligenciados, como as condições de vida, de trabalho, a cultura e a arte. Todos estes estudos, que representam uma enorme abertura de horizontes, colocaram, realmente, novas questões que têm balançado fortemente os alicerces de antigas convicções. Mas, por outro

lado, é exatamente esta ampliação dos horizontes da investigação histórica que torna problemática a definição dos novos temas, bem como das fronteiras que os separam dos velhos temas.

A mesma dificuldade ocorre quando procuramos nos aproximar dos velhos temas: na verdade, esta denominação pode estar referida às mais diversas interpretações sobre a história brasileira, produzidas em épocas diferentes.

Apesar desta enorme diversidade, no entanto, é possível distinguir alguns denominadores comuns, embora de caráter geral, que definem o campo das críticas dos historiadores dos “novos” temas em relação aos historiadores dos “velhos” temas.

Um destes denominadores comuns que unifica parte dos esforços dos trabalhos no interior dos novos temas é a crítica à produção historiográfica baseada no que se costuma chamar de “modelos de interpretação”.

Deste ponto de vista há, pelo menos, três tendências historiográficas consideradas como as mais importantes “produtoras” de tais modelos: o marxismo ortodoxo, isto é, mais diretamente ligado ao Partido Comunista Brasileiro, a CEPAL e a teoria da dependência. As duas últimas tendências, embora se originem na Economia e na Sociologia tiveram enorme repercussão nos estudos e interpretações históricas.

Deixando de lado as diferenças entre estas “escolas” e mesmo as diferenças no interior de cada uma delas, pode-se dizer que o que elas têm em comum, enquanto objeto de crítica dos historiadores dos “novos” temas é o caráter genérico, impreciso e freqüentemente esquemático das interpretações produzidas.

A estas características, o historiador dos novos temas opõe a recuperação do particular, o rigor da pesquisa e a concepção da complexidade e riqueza do universo social e da história antes reduzidos quer à luta das classes “fundamentais” (no marxismo ortodoxo), quer à problemática do “desenvolvimento” (na CEPAL), quer às “relações externas” (na perspectiva dependentista).

Por outro lado, o caráter genérico destas interpretações está relacionado a dois aspectos fundamentais desta produção, e que definem melhor o conteúdo da palavra “modelo” a elas imputado: de um lado, este termo se refere à elaboração da história brasileira a partir do referencial representado por uma suposta história européia ou norte-americana; deste modo, estas histórias se transformam *na história*, a partir da qual se procura entender a história brasileira. De outro lado, o termo modelo se refere ao caráter abstrato destas interpretações, fundamentadas em “teorias gerais” que procuram enquadrar a história em padrões rígidos, em construções teóricas, de caráter apriorístico.

A concepção do papel da “teoria”, em sua relação com a pesquisa histórica, em todas estas tendências é, talvez, o aspecto chave que sintetiza e explica as demais características.

De fato, a pesquisa histórica desenvolvida a partir de tais concepções trazia a tendência de se tornar uma mera ilustração ou numa espécie de “recheio empírico” das teses teóricas. Deste modo, a capacidade de renovação da pesquisa, o seu potencial crítico e transformador, ficava de antemão comprometido por concepções teóricas entendidas não como pontos de partida mas como os marcos da chegada. A história se transforma, neste quadro, em uma espécie de banco de dados em que a base empírica existente servia igualmente bem (ou mal) para fundamentar as mais divergentes interpretações. Este empobrecimento da pesquisa e de seu papel trouxe ainda, como consequência, uma ênfase exagerada nas discussões puramente teóricas acentuando o caráter abstrato e teoricista das abordagens.

Contra estes “modelos” de interpretação, os historiadores dos “novos” temas têm desenvolvido um duplo esforço, intimamente relacionado: em primeiro lugar, há um trabalho consciente no sentido de recuperar o lugar da pesquisa histórica como fundamento da interpretação; isto levou à busca de novas fontes, à recuperação de fontes esquecidas, à releitura de fontes já exploradas, mergulhando os historiadores no estudo do particular, em um reencontro produtivo com o seu ofício. Em segundo lugar, procurou-se redefinir as relações da pesquisa com a teoria. Na antítese aos modelos, a investigação se propõe como um trabalho de construção que parte de indagações, de questões, de problemas e não mais de verdades acabadas. Deste modo, o papel da “teoria” — soberana nos anos 50, 60 e parte dos anos 70 — se transforma: esta aparece como instrumental de reflexão, como ferramenta de trabalho, que se define e redefine ao compasso da investigação histórica.

Toda esta renovação dos estudos históricos, ao mesmo tempo destruidora e construtora, acarretou, como não poderia deixar de ser, alguns dilemas: o principal deles me parece ser a dificuldade em restabelecer a relação entre o particular — objeto das novas pesquisas — e o geral, isto é, a síntese histórica; ou, colocando de outro modo, entre o novo e o velho, pois a construção de novas sínteses esbarra necessariamente nos temas de caráter geral e em alguns temas de importância permanente que já foram levantados pela historiografia. De fato, a historiografia dos “modelos”, apesar de todas as suas limitações, representou um enorme avanço em relação à história factual, à história-crônica ou ao ensaísmo, na medida que problematizou a História brasileira, que levantou grandes questões e que tinha um objetivo que não pode ser facilmente descartado: o de compreender o movimento geral da sociedade.

Abdicar destas questões e destes objetivos significa, no meu entender, criar uma “nova história” de caráter fragmentário, cujo poder crítico em relação às interpretações correntes corre o risco de se tornar episódico e marginal.

Outro aspecto nuclear e comum na crítica dos “novos” temas aos “velhos” e que tem se desenvolvido especialmente no interior dos estudos sobre

os movimentos sociais está baseada na concepção de que todas estas interpretações, mesmo as produzidas no interior das esquerdas, estão referidas fundamentalmente à dominação e constituem uma história das classes dominantes.

Como reação a este carácter das interpretações os historiadores, especialmente os dedicados aos movimentos sociais, têm se empenhado em recuperar a história dos dominados, cujo conceito não se restringe mais ao proletariado e nem ao estudo do modo pelo qual as classes se inserem no processo produtivo. Ao contrário, vastos segmentos da sociedade fazem sua entrada na investigação histórica e a memória de suas lutas, resistência, derrotas, cultura, arte, cotidiano começam a ser recuperados.

Este empenho fundamental em resgatar a história dos dominados alargou, contudo, a brecha entre novos e velhos temas agora de modo ainda mais radical, com a tendência de se constituir uma história dos dominados à parte da história das classes dominantes.

Elucidativa desta dicotomia entre a história dos dominantes e a história dos dominados é uma colocação de Paul Singer, no prefácio do livro de Spindel, "Homens e Máquinas na transição da Economia Cafeeira". Diz o autor: "Seria artificial reelaborar este período da história paulista partindo das rebeliões de escravos, dos quilombos, das tentativas de greves dos colonos ou dos primórdios do movimento operário. Tais episódios certamente existiram e constituem elementos essenciais da história das lutas populares em São Paulo (e no Brasil) mas *não* se pode a partir deles, tentar compreender o movimento geral de transformações então ocorridas."<sup>1</sup>

Por este trecho citado, deduz-se facilmente que, na concepção de Singer — um importante autor marxista — o "movimento geral de transformações" está relacionado exclusivamente às classes dominantes que aparecem, deste modo, como os únicos sujeitos da História. Por outro lado, se a frase do autor expressa uma história das classes dominantes que abstrai — por concepção — os dominados, também é verdade que não deixa de expressar a tendência de se considerar a história dos dominados como uma história à margem da história da dominação. No entanto, o que para ele aparece como *característica intrínseca* às próprias lutas e movimentos sociais — isto é, seu caráter episódico, marginal e inconseqüente, a mim parece ser uma característica *da produção historiográfica*, uma limitação no modo de conceber as lutas sociais que pode e deve ser superada.

De fato, penso que os historiadores que trabalham com as lutas populares e demais aspectos inscritos no tema dos movimentos sociais devem se preocupar em reelaborar a história exatamente *a partir das* relações entre as lutas populares ou das classes dominadas e a história da dominação, entendida esta, não como exercício do poder, mas como relação que supõe necessariamente os dominados.

Reelaborar a história do movimento geral da sociedade a partir da complexidade das relações sociais, da diversidade dos tempos e ritmos históricos implica não só em avançar decididamente com os novos temas, como também em enfrentar os velhos temas, não simplesmente como pura negação, mas como objeto de estudos renovados.

O banimento sumário de determinados temas, questões e problemas do campo de investigações históricas, sob a acusação de que são “velhos” só pode contribuir para o empobrecimento da História. Torna-se necessário o deslocamento do eixo das discussões do eixo novo/velho, para o *tratamento dos temas*, para a concepção que presidiu ou deve presidir a sua investigação.